



Comissão do ESPORTE



Informativo da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados ano 1 - nº 15 - Brasília, 26 de novembro de 2015

Foto: Jordana Ribas/ASCOM - CESPO



(esq. p/ direita) Diretor da CBF, Walter Feldman, deputado Afonso Hamm, deputado Márcio Marinho, ministro George Hilton, ex-jogador Edmilson

1º Fórum Legislativo do Futebol debate melhorias para o esporte brasileiro

Jogadores de futebol, treinadores, representantes de clubes, especialistas e autoridades apontaram, no dia 24 de novembro, os principais problemas que enfrentam e reivindicaram melhorias para o esporte. O debate ocorreu no 1º Fórum Legislativo do Futebol, evento promovido pela Subcomissão Permanente do Futebol da Câmara dos Deputados.

O presidente da Comissão do Esporte, deputado Márcio Marinho, deu início aos debates e classificou o futebol como ferramenta de extrema valia para o desenvolvimento do país. "O futebol representa valor social, econômico e cultural, serve como ferramenta no desenvolvimento humano e colabora com a formação educacional das nossas crianças e jovens", disse Marinho.

Em seu discurso de abertura do Fórum, o presidente da Subcomissão do Futebol, Afonso Hamm, afirmou que a discussão deve ser permanente para debater temas importantes e estruturais do futebol.

Os atletas reclamaram da falta de direitos trabalhistas e pediram aposentadoria, auxílio para voltar ao mercado de trabalho depois de aposentados e regras mais duras para assegurar o pagamento de salários.

O representante do Bom Senso Futebol Clube (movimento de atletas que pedem melhorias no esporte), Ricardo Borges Martins, disse que o futebol brasileiro está à beira

da falência. "As receitas do futebol brasileiro representam 0,05% do PIB [Produto Interno Bruto]. No Reino Unido, isso é três vezes maior. A principal liga do Brasil movimentou R\$ 2,5 bilhões. A espanhola, R\$ 9,2 bilhões. Por que isso? Porque os clubes têm sido mal geridos", declarou.

O presidente da Federação Nacional de Atletas Profissionais de Futebol, Rinaldo Martorelli, disse que a legislação brasileira criou uma "permissividade" que impediu a evolução do futebol e falhou ao não impor práticas de boa governança. "Na Europa, discute-se a economia do futebol e como todo mundo pode ganhar com isso. Aqui, a gente ainda tem que discutir direito de atleta. A gente precisa consagrar esses direitos e seguir em frente", declarou.

Treinadores e clubes

Já o presidente da Federação Brasileira de Treinadores de Futebol, José Mário Barros, afirmou que os treinadores se sentem desvalorizados. "Dentro do segmento de futebol, o treinador é o que menos tem proteção. Há uma lei de 23 anos que não foi regulamentada. A CBF [Confederação Brasileira de Futebol] não tem controle dos treinadores brasileiros", criticou.

Os clubes, muitas vezes apontados como vilões nesse cenário, também relataram ser vítimas porque seriam responsabilizados por tudo relacionado ao esporte e prejudi-

cados nas negociações de jogadores. O presidente do Santos Futebol Clube, Modesto Roma Júnior, disse que o clube gasta R\$ 12 milhões por ano com formação de atletas, enquanto empresários, que ele classificou de "gigolôs", não investem nada, mas levam 30% na negociação quando o atleta já está pronto.

Continua na página 2

ESCALAÇÃO

- Dep. JOSÉ ROCHA participa do Ping-pong pág. 2
- Debate revela necessidade de capacitação de professores de educação física no país pág. 3
- Deputado Hiran visita estádios da Copa do Mundo para viabilizar autossustentabilidade após as Olimpíadas de 2016 pág.3
- Artigo dep. ANDRES SANCHEZ pág.4



facebook.com/comissaoesportecd

Atualização Legislativa

“Precisamos proteger os treinadores, os jogadores, o preparador físico, precisamos proteger o público, e quem protege o clube?”, questionou Modesto Roma Júnior.

As divergências entre as categorias são várias, mas houve consenso, durante o debate, de que o Programa de Modernização do Futebol Brasileiro (Profut) foi um avanço. O Profut foi criado por meio de lei sancionada neste ano e permite o refinanciamento de dívidas dos clubes em troca do cumprimento de metas na administração.

O ministro do Esporte, George Hilton, defendeu a medida. “Os clubes no Brasil careciam muito de apoio para refinar suas dívidas; nós entendemos que o momento era oportuno, mas exigimos dos clubes que se adequassem e que tivessem contrapartidas rigorosas: fair-play financeiro, fair-play trabalhista, responsabilização por gestão temerária, investimentos no futebol de base e futebol feminino”, afirmou.



Ministro George Hilton durante o Fórum Legislativo do Futebol

Discussão na Câmara

As sugestões apresentadas durante o Fórum vão ser debatidas mais profundamente pelos deputados. “Não podemos ser pretensiosos de querer estabelecer que, nesse fórum, se tomem todas as conclusões”, disse o presidente da Subcomissão Permanente do Futebol Brasileiro, deputado Afonso Hamm (PP-RS). Segundo o deputado, é

preciso debater cada ponto e, posteriormente, providenciar a legislação necessária. A ideia é apresentar sugestões de melhorias em projetos de lei até maio do ano que vem.

Apesar de não ser mais o líder nos rankings internacionais, o futebol brasileiro continua sendo o principal formador de talentos no esporte. Treze em cada 100 jogadores profissionais no mundo surgiram nos campos verde-amarelos, segundo a Confederação Brasileira de Futebol.

Texto: Agência Câmara Notícias

Edição: Ascom/CESPO



Deputado Afonso Hamm defende uma agenda positiva para o futebol

Deputado José Rocha (PR/BA)



Foto: Lucas Bermano Junior / Câmara dos Deputados

profissional. Temos que atuar para consolidar e fortalecer as medidas voltadas à formação de base nas mais diferentes regiões do país.

2) O PL 8.038/2014, do qual o senhor é relator, visa proteger crianças e adolescentes que ingressam em escolas de formação de atletas. Qual a importância de controlar e fiscalizar essas escolas?

Fui o relator da Nova Lei Pelé (Lei 12.395), sancionada em março de 2011. Como relator tomei a iniciativa de incluir no texto a tipificação do clube formador de atletas. Definimos as condições para se obter a classificação de clube formador e indicar os órgãos responsáveis pela fiscalização. Considero fundamental o acompanhamento do atleta em formação, principalmente quanto ao tipo de treinamento, orientação de profissional habilitado, assistência à saúde – odontológica e psicológica, frequência escolar e convivência familiar. Os clubes formadores têm a obrigação de oferecer condições dignas e devem

ser fiscalizados periodicamente, pois são frequentes as denúncias de jovens iludidos por falsas promessas de pessoas inescrupulosas que, infelizmente ainda atuam nessa área.

3) Como a comitiva de deputados que foi à China realizar visita técnica ao legado dos Jogos de Beijing 2008 pode colaborar com a construção do modelo esportivo brasileiro?

A viagem mostrou como a China trata o esporte com extrema organização e profissionalismo. Existe uma estrutura muito avançada nos centros de treinamento, localizados em diferentes áreas do país. Os futuros atletas começam a treinar em idade muito precoce. Outro aspecto que considerei muito importante é que a maioria dos centros de treinamento funciona junto às universidades. Acredito que poderemos contribuir com a elaboração de projetos voltados à formação de atletas e também apresentar sugestões ao governo, via Ministério do Esporte. Como exemplo, cito a criação da Universidade do Esporte, que já funciona na China com grande êxito.

PING-PONG

1) O senhor é relator da Subcomissão Permanente do Futebol, na área da formação de atletas. O que podemos esperar de seu parecer?

A formação de atletas exige uma atenção maior por parte dos clubes, federações, governos e Ministério Público. A fiscalização sobre essa área é falha e, muitas vezes, inexistente. É preciso ter consciência de que estamos tratando do futuro de milhares de jovens e adolescentes que sonham com a carreira

MEMBROS da Comissão de Esporte - CESPO

Presidente: Márcio Marinho (PRB/BA) 1º Vice-Presidente: Alexandre Valle (PRP/RJ) 2º Vice-Presidente: Hélio Leite (DEM/PA) 3º Vice-Presidente: João Dery (Rede) Membros: Bloco PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB Afonso Hamm (PP/RS) Adelson Barreto (PTB/SE) Alexandre Valle (PMB/RJ) Deley (PTB/RJ) Benjamin Maranhão (SD/PB) Fabio Reis (PMDB/SE) Edinho Bez (PMDB/SC) Fernando Monteiro (PP/PE) Ezequiel Teixeira (SD/RJ) Hélio Leite (DEM/PA) João Arruda (PMDB/PR) Hiran Gonçalves (PMN/RR) Marcus Vicente (PP/ES) Jhonatan de Jesus (PRB/RR) Pedro Fernandes (PTB/MA) Marcelo Aro (PHS/MG) Márcio Marinho (PRB/BA) Bloco PT/PSD/PR/PROS/PCdoB Andres Sanchez (PT/SP) Altineu Côrtes (PR/RJ) Angela Albino (PCdoB/SC) Carlos Eduardo Cadoca (PCdoB/PE) Chico D'angelo (PT/RJ) Danrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS) Fábio Mitidieri (PSD/SE) Evandro Roman (PSD/PR) Francisco Chapadinha (PSD/PA) José Rocha (PR/BA) Goulart (PSD/SP) José Airton Cirilo (PT/CE) Bloco PSDB/PSB/PPS/PV Rogério Marinho (PSDB/RN) Arnaldo Jordy (PPS/PA) Rubens Bueno (PPS/PR) Fábio Sousa (PSDB/GO) Silvio Torres (PSDB/SP) Tenente Lúcio (PSB/MG) Valadares Filho (PSB/SE) PDT Roberto Góes (AP) Damião Feliciano (PB) Flávia Morais (GO) Marcelo Matos (RJ) Rede João Dery (RS).

Debate revela necessidade de capacitação de professores de educação física no país



Deputado Evandro Roman, autor do requerimento que propôs o debate, preside a audiência

A importância da educação física nas escolas foi debatida na Comissão do Esporte, no dia 10 de novembro. A audiência pública, realizada pela Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto, revelou a necessidade de inserir e capacitar de forma permanente professores de educação física e gestores de escolas públicas e particulares. O Plano Nacional do Desporto está previsto em uma lei de 98 (Lei 9.615/98) e foi regulamentado em 2013 por meio de um decreto (decreto 7984/13). O plano, em elaboração, deve trazer a análise da situação nacional do desenvolvimento do desporto, definir diretrizes, consolidar programas e ações e indicar as prioridades e metas, além de estabelecer as responsabilidades dos órgãos e entidades da União.

O presidente do CONFEF, Jorge Steinhilber, participou do debate. Na opinião de Antônio Ricardo Catunda, do Conselho Federal de Educação Física, é preciso qualificar os profissionais envolvidos com o Plano por meio de novas metodologias e estratégias de ensino.

"Partindo da escola você pode chegar

a ter um plano melhor desenvolvido; esse diretor da escola tem que compreender uma visão nova de esporte, um esporte numa perspectiva educativa, numa perspectiva profilática. Então, é importante uma qualificação geral e atualizada desses professores e desses atores que vão se envolver com o Plano."

O relator da subcomissão, deputado Evandro Roman (PSD-PR), defendeu a presença do profissional formado em educação física nas escolas e a aproximação da disciplina com as outras áreas de ensino.

"Eu vejo que hoje o esporte é visto, ou a educação física é vista, de uma forma isolada, e ela tem que ser discutida juntamente com todas essas temáticas. Profissional de educação física tem que estar na educação infantil, nas séries iniciais e finais do ensino fundamental e no ensino médio."

De acordo com o relator da subcomissão, o colegiado pretende desenvolver dentro do Plano Nacional do Desporto uma política que integre os ministérios do Esporte, da Educação e da Saúde.

Texto: Agência Câmara Notícias

Colegiado da Comissão do Esporte se reúne para deliberações

Em reunião deliberativa da Comissão do Esporte do dia 25 de novembro, o colegiado aprovou em tramitação ordinária o parecer do deputado Danrlei de Deus Hinterholz ao Projeto de Lei nº 3.783/12, que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Apoio à Saúde do Atleta - PNASA e o parecer do deputado Fábio Mitidieri ao Projeto de Lei nº 331/15, que cria a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, incidente sobre os direitos de transmissão de imagem da entidade de administração nacional do futebol brasileiro.

Outro projeto de lei deliberado pelos deputados, foi o nº 364/15, relatado pelo deputado Danrlei de Deus Hinterholz, sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo - o parecer foi aprovado com apensados.

Os requerimentos dos deputados Afonso Hamm e João Derly, nº 90/15 e nº 91/15, respectivamente, ambos querem discutir a segurança nos Jogos Olímpicos 2016, com ênfase na prevenção de atos terroristas. Foram apreciados de forma conjunta. O presidente da Comissão, Márcio Marinho, se comprometeu a tentar marcar o debate ainda para este ano.

Os deputados Marcelo Matos e Danrlei de Deus Hinterholz subscreveram o requerimento.

Deputado Hiran visita estádios da Copa do Mundo para viabilizar autossustentabilidade após as Olimpíadas de 2016

Uma visita feita pelo deputado Hiran Gonçalves (PMN/RR) ao Estádio Mané Garrincha, em Brasília, no dia 12 de novembro, deu prosseguimento ao projeto de tornar autossustentáveis as arenas construídas para sediar a Copa do Mundo de 2014. O deputado Hiran é relator da Subcomissão Permanente do Futebol, responsável pelo parecer sobre o legado dos estádios e arenas. A intenção é ter sugestões práticas para serem implementadas tão logo as Olimpíadas de 2016 se encerrem.

Deputado Hiran visita estádios da Copa do Mundo para viabilizar autossustentabilidade após as Olimpíadas de 2016

Durante a visita ao Mané Garrincha, o parlamentar disse que a intenção não é de fiscalização, mas, sim, "melhorar o que já tem um alto nível de qualidade e



Deputado Hiran, em visita ao Estádio Nacional de Brasília, Mané Garrincha

precisa ser mais bem aproveitado pela população em termos de rendimento econômico, a fim de não onerar ainda mais o Estado".

Já foi feita uma visita ao Estádio Beira Rio, em Porto Alegre (RS), e, segundo o deputado Hiran Gonçalves, a intenção dos membros da Comissão do Esporte é conhecer a realidade das outras arenas e levar

sugestões para serem discutidas no âmbito da Câmara dos Deputados. "Nós estamos mostrando modelos; pegamos o Beira Rio, que é gerenciado pelo clube Internacional com parceria com empresa privada; aqui, o Mané Garrincha é administrado pelo GDF; e pretendemos visitar ainda, se houver tempo, o Maracanã, que é gerenciado por uma parceria público-privada da Odebrecht e uma empresa internacional", afirmou.

No caso do Amazonas, onde o Estado tem uma arena que é muito deficitária, o deputado Hiran Gonçalves assinalou que, "apesar de ser a arena mais bonita do Brasil, ela é muito subutilizada, e, então, tentaremos dar sugestões para conseguir fazermos com que essas arenas sejam o mais autossustentáveis possível".

Com informações da Ass. de Imprensa do Dep. Hiran Gonçalves

Por uma reformulação da legislação do futebol



MEDALHA DE OURO

Foto: Jordana Ribas / ASCOM/ CESP



Deputado Andres Sanchez (PT/SP)

A criação da Comissão Especial da Reformulação da Legislação do Esporte na Câmara dos Deputados, a qual tenho a honra de presidir, é um foro para debates e apresentação de propostas direcionadas a propor alterações na legislação sobre o esporte, especificamente no futebol. É nesse âmbito que estamos avançando nos debates em torno da reformulação dessa legislação, centrada na revisão da chamada Lei Pelé e no Estatuto do Torcedor, pois houve um entendimento entre os membros que compõem esta Comissão Especial de que devemos fazer separadamente o debate e apresentar sugestões de alteração na legislação que trata do futebol e na legislação referente às demais modalidades esportivas.

Devo esclarecer, uma vez mais, que, em se tratando de futebol, sou dos que pensam que, mesmo sendo a CBF um ente privado, ao representar o país, utilizar patrimônio público e símbolos nacionais, deveríamos exigir, no mínimo, que suas normas estatutárias dispusessem sobre uma completa democratização de sua gestão, propiciando futuras eleições de ampla participação, além de dotar a entidade de regras éticas e práticas gerenciais transparentes, adaptando a seu meio exemplos tão simples como a recente Lei de Acesso à Informação ou a Lei da Ficha Limpa. Esse pode ser um bom princípio para debates futuros.

E entrando no assunto que nos ocupa na Comissão Especial, devo dizer que uma das suas mais destacadas polêmicas tem a ver com a aplicação da legislação da CLT ao mundo do esporte em geral, em especial do futebol, partindo da consideração de que, em quase todos os casos, os atletas dispõem de condições de trabalho diferenciadas referentes a dedicação horária, jornadas de trabalho e outros pontos das relações de emprego, e também se trata de setores com alguns dos maiores salários dos países, porém, em todos os casos, a vida útil para a prática esportiva é inferior a 20 anos, daí a necessidade de dispor de uma legislação específica para jogadores de futebol e também para o atleta de alto rendimento, a qual regule adequadamente seu tempo de serviço para

contemplar seus direitos de aposentadoria. No último mês de fevereiro apresentei na Câmara o Projeto de Lei Complementar nº 16/2015, com essa finalidade e que encontra-se tramitando na Comissão do Esporte desta Casa.

Por essa e outras razões, em relação à legislação atual do futebol, há uma necessidade de atualizar a Lei Pelé, cujo conteúdo teve sua importância no momento em que foi promulgada, no ano 1998, inclusive permitindo superar o então férreo sistema da Lei do Passe. Apesar de ser uma lei que continuamente recebe alterações, quase todas elas com intenção de proteger os clubes como formadores de atletas, sua vigência está sendo amplamente questionada em muitos aspectos, mas especialmente nesse.

Como exemplo prático, podemos mencionar as limitações existentes na gestão do futebol de base, já que atualmente, ao existir a limitação de somente formalizar contrato a partir do 16 anos, isso está propiciando que, antes de completar essa idade, os clubes que investem na formação escolar, alimentação e saúde de seus garotos, podem a qualquer momento ver seu jovem atleta atraído para outros clubes muito antes de sua profissionalização, ocasionando um sério prejuízo ao clube que cuidou de seus primeiros passos e de seu processo formativo inicial.

A Comissão Especial tem organizado audiências públicas com a participação de juristas, clubes, federações, sindicatos, atletas, treinadores etc., e essa participação dos mais variados segmentos que compõem o mundo do futebol pode vir a permitir que caminhemos para um consenso que possibilite uma futura mas urgente atualização da lei, permitindo que os clubes mantenham seu nível de investimento nas categorias de base sem que isso impeça que os futuros jogadores profissionais possam ter horizonte de transferência, procurando sempre melhores condições, afinal as competições e seus protagonistas estão completamente imersos na lei de livre mercado com sua oferta, demanda e a geração de renda própria de um grande espetáculo, como é o futebol, e também tendo presente que os atletas começam a despontar para esse mundo precisamente na idade de sua base formativa educacional, o que há de ser igualmente motivo de atenção máxima e prioritária.

Em definitivo, é preciso encontrar vias de diálogo e entendimento que possibilitem a elaboração de uma nova lei capaz de atender as demandas de todas as partes envolvidas. O mesmo acontecerá no decorrer dos trabalhos da Comissão Especial em relação ao Estatuto do Torcedor, por sua importância e abrangência, onde ouviremos e receberemos sugestões desses que são a peça-chave no mundo do futebol, os torcedores.

Eventos

27/11 – Comitiva acompanha evento Teste de Canoagem no Rio de Janeiro/ RJ.

02/12 – Lançamento da Galeria de Presidente da Comissão do Esporte

PROGRAMA-SE

EXPEDIENTE

Presidente: Márcio Marinho (PRB/BA) 1º Vice-Presidente: Alexandre Valle (PRP/RJ) 2º Vice-Presidente: Hélio Leite (DEM/PA) 3º Vice-Presidente: João Derly (Rede/RS) Secretário-Executivo: Lindberg Aziz Cury Júnior Corpo Técnico: Alessandra Müller Vidal Guerra, Flávio Silva Macedo, Gilson Vasconcelos Dobbin, Jaqueline Rodrigues, Paola Mara Alves Silveira, Regina Olímpia Figueira de Bessa. Estagiário: Rodrigo Alves Souza. Jornalista responsável: Jordana Ribas. Programação visual: Akimi Watanabe. Diagramação: Jordana Ribas. Revisão: Ronaldo Santiago. Impressão: Deapa/Cgraf. Tiragem: 1.000 exemplares. Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala C, Sala 2, térreo. Telefones: (61) 3216-6351/52/53/54. E-mail: cespo.decom@camara.leg.br. Endereço eletrônico da Comissão do Esporte: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cespo>